

## **A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CONSELHO ESCOLAR PARTICIPATIVO EM BUSCA DE UMA ESCOLA INCLUSIVA<sup>1</sup>**

**ODS (4)**

Alessandra Simões de Souza (Universidade de Taubaté)<sup>2</sup>  
Daniela Ambrogi (Universidade de Taubaté)<sup>3</sup>  
Luís Henrique Macedo e Silva (Universidade de Taubaté)<sup>4</sup>  
Marcos José de Andrade (Universidade de Taubaté)<sup>5</sup>

### **Resumo**

Este artigo discute a importância da parceria entre escola e família no contexto do Conselho Escolar Participativo como mecanismo de promoção de uma gestão democrática e inclusiva. Defende-se que a atuação da família no ambiente escolar, por meio de um espaço institucionalizado de diálogo e colaboração, é essencial para fortalecer vínculos, promover a equidade e garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, com especial atenção à diversidade e às necessidades educacionais específicas. A análise aponta que a presença ativa das famílias pode contribuir para a construção de uma cultura escolar mais acolhedora, respeitosa e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** Conselho Escolar Participativo; Família e Escola; Inclusão Escolar; Gestão Democrática; Diversidade.

### **Introdução**

Considerando a família e a escola como as principais instituições responsáveis pela construção e transmissão de conhecimentos culturalmente

---

<sup>1</sup> Trabalho solicitado pela Professora Dra. Maria Aparecida Campos Diniz de Castro na Disciplina Conhecimento Escolar e Diversidade do Mestrado Profissional de Educação – UNITAU

<sup>2</sup> Discente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (MPE/UNITAU).  
Email: alessandrasimoedesouza@gmail.com

<sup>3</sup> Discente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (MPE/UNITAU).  
Email: danielaambrogi@bol.com.br

<sup>4</sup> Discente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (MPE/UNITAU).  
Email: luishenriqueturr@hotmail.com

<sup>5</sup> Discente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (MPE/UNITAU).  
Email: marcosjosedeandrade@gmail.com



constituídos e organizados, bem como pela composição de valores e regras de convívio social, ambas são corresponsáveis pelo processo de evolução e desenvolvimento dos indivíduos nos aspectos físico, intelectual, emocional e social. Nesse sentido, “a educação é uma ação social que não se esgota na escola. Ela pressupõe a interação entre diversos agentes, entre os quais a família ocupa lugar central” (Arroyo, 2012, p. 23). Dessa forma, a parceria entre essas instituições revela-se fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, ao fortalecer o vínculo entre o ambiente escolar e o lar.

O Conselho Escolar Participativo configura-se como uma ferramenta eficaz para o fortalecimento dessa parceria, promovendo também a aproximação com os estudantes e a comunidade, uma vez que proporciona um espaço de diálogo, tomada de decisão e colaboração. Tal iniciativa contribui para a construção de uma escola com perfil mais democrático, acessível e participativo, capaz de atender às individualidades, necessidades, peculiaridades e idiossincrasias de todos os educandos e da comunidade escolar circundante. Conforme destaca o documento oficial, “o Conselho Escolar é uma instância colegiada cuja atuação qualifica o processo de gestão democrática, permitindo a construção coletiva de decisões pedagógicas e administrativas” (Brasil, 2004, p. 12).

Importa salientar que tal participação não implica em responsabilizar os pais pelo desempenho escolar, tampouco em eliminar a distinção entre educação formal e informal, ou em confundir o papel materno/paterno com o papel docente, conforme adverte Carvalho (2000, p. 33), para quem “é importante incentivar a participação da família na escola, sem, contudo, transferir a ela as funções pedagógicas que competem aos profissionais da educação.”

Na condição de órgão colegiado de gestão democrática, o Conselho Escolar Participativo acompanha, avalia e propõe melhorias no processo de ensino e aprendizagem, envolvendo representantes de todos os segmentos da escola. Seus objetivos principais incluem a promoção da participação democrática, a discussão do projeto político-pedagógico, o acompanhamento das metas institucionais, a identificação de necessidades e o fomento da integração entre escola, família e comunidade. A organização desse conselho envolve a comunicação com a



comunidade escolar, a convocação de representantes, a realização de encontros periódicos, a elaboração de pautas pertinentes e o registro das deliberações, assegurando uma gestão transparente e participativa. Como enfatiza Paro (2001, p. 45), “a participação da família na vida escolar dos filhos é uma condição indispensável para a melhoria da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral do estudante.”

### **Objetivo**

O presente estudo tem como objetivo central analisar e aprofundar a relevância da parceria interinstitucional estabelecida entre a família e a escola, ressaltando, de maneira particular, o papel fundamental desempenhado pelo Conselho Escolar Participativo enquanto instância colegiada de governança democrática e corresponsabilização social.

Tal conselho configura-se como um espaço formalizado e institucionalizado de diálogo, cogestão e deliberação, que se insere no contexto da organização escolar, contribuindo para a construção de uma gestão educacional mais neste contexto, o estudo enfatiza as múltiplas funções desempenhadas pelo Conselho Escolar Participativo, destacando seus benefícios e os procedimentos inerentes à gestão participativa que este órgão colegiado promove.

Ressalta-se a importância da mobilização ativa e consciente das famílias, bem como de demais atores sociais que compõem a comunidade educativa, no sentido de fomentar uma cultura institucional pautada na inclusão, acessibilidade, colaboração e transparência. Essa mobilização coletiva é essencial para que a escola possa cumprir seu papel social de forma efetiva, promovendo a construção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

O enfoque teórico e prático deste estudo recai sobre o desenvolvimento integral dos educandos, considerando as dimensões sociocultural, cognitiva e afetiva, que constituem os pilares fundamentais para a formação plena dos indivíduos. A partir dessa perspectiva, torna-se possível assegurar o atendimento às especificidades e necessidades educacionais diferenciadas, respeitando as



particularidades de cada estudante. Tal abordagem está em consonância com os princípios da educação inclusiva, que busca garantir o direito de todos ao acesso, permanência e sucesso na escola, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais.

Ademais, o estudo dialoga com os fundamentos dos direitos humanos e das políticas públicas educacionais brasileiras, que orientam a promoção da equidade e da diversidade no âmbito escolar. Essas políticas, respaldadas pela legislação vigente no Brasil, estabelecem diretrizes para a construção de uma educação democrática, plural e justa, que reconheça e valorize as diferenças como elementos enriquecedores do processo educativo. Nesse sentido, o Conselho Escolar Participativo emerge como um agente estratégico para a efetivação dessas diretrizes, ao possibilitar a participação coletiva na tomada de decisões pedagógicas e administrativas, fortalecendo o compromisso social da escola com a comunidade que atende.

Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão aprofundada da importância da parceria entre família e escola, mediada pelo Conselho Escolar Participativo, como mecanismo imprescindível para a consolidação de práticas educacionais democráticas, inclusivas e socialmente responsáveis. A análise aqui desenvolvida pretende, portanto, subsidiar reflexões e ações que promovam a ampliação da participação social na gestão escolar, fortalecendo o vínculo entre os diversos atores envolvidos e promovendo o desenvolvimento integral dos educandos em suas múltiplas dimensões.

### **O Conselho Escolar Participativo como Espaço de Gestão Democrática**

O Conselho Escolar Participativo constitui-se como um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, que incorpora os princípios basilares da gestão democrática no âmbito escolar, conforme preconizado nas diretrizes da educação brasileira (Brasil, 1996). Sua função primordial consiste em acompanhar, avaliar e propor alternativas que assegurem a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, em consonância com o que está estabelecido no Plano de Gestão Escolar da respectiva instituição. Tal conselho é composto por representantes de



todos os segmentos que integram a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, estudantes, pais ou responsáveis, coordenação pedagógica e direção da unidade escolar, garantindo, assim, a pluralidade e a representatividade necessárias para uma gestão participativa e legítima.

A atuação do Conselho Escolar Participativo promove a corresponsabilidade e a participação social no processo educativo, conforme enfatiza Paro (2001): “a gestão democrática pressupõe o compartilhamento de decisões e responsabilidades entre todos os envolvidos no processo educativo” (p. 20). Dessa forma, o conselho não apenas contribui para a democratização da gestão escolar, mas também se configura como um espaço de reflexão crítica acerca do desempenho escolar dos estudantes, objetivando a construção coletiva de soluções e a busca constante pela melhoria da qualidade educacional.

A finalidade central do Conselho Escolar Participativo reside no fomento à gestão democrática no contexto escolar, viabilizando a participação ativa e efetiva de todos os segmentos que compõem a comunidade educativa. Nesse sentido, destacam-se, entre seus principais objetivos, os seguintes:

- Promover a participação democrática na gestão escolar, assegurando a corresponsabilidade e o protagonismo dos diversos atores envolvidos no processo educativo, conforme destacado por Paro (2001). Essa participação implica não apenas o direito de opinar, mas também o compromisso efetivo com as decisões tomadas, fortalecendo o senso de pertencimento e a corresponsabilidade na construção do ambiente escolar.
- Discutir e aprovar o projeto político-pedagógico da escola, garantindo que tal documento reflita as necessidades, especificidades e particularidades do contexto local, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (Brasil, 1996). Essa deliberação coletiva assegura que o projeto pedagógico seja um instrumento dinâmico, capaz de orientar as práticas educativas de forma contextualizada e alinhada às demandas da comunidade escolar.
- Acompanhar o cumprimento das metas e ações previstas no plano de gestão escolar, contribuindo para a avaliação contínua e sistemática dos processos



pedagógicos, conforme orientações de Lüdke e André (1986). Tal acompanhamento possibilita a identificação precoce de dificuldades e o redirecionamento das estratégias educacionais, promovendo a melhoria constante da qualidade do ensino.

- Identificar as necessidades da comunidade escolar e propor melhorias, ampliando a capacidade de resposta da escola diante dos desafios educacionais contemporâneos, em consonância com os princípios defendidos por Freire (1996). Essa função implica uma escuta ativa e sensível às demandas dos diferentes segmentos, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar.
- Fomentar a integração entre escola, família e comunidade, fortalecendo os vínculos sociais e promovendo uma educação inclusiva, participativa e comprometida com a justiça social, conforme preconizado na legislação educacional vigente (Brasil, 2008). Essa articulação é fundamental para a construção de uma rede de apoio que potencialize o desenvolvimento integral dos educandos e a efetivação dos direitos educacionais.

Dessa forma, o Conselho Escolar Participativo emerge como um elemento estratégico e indispensável para a efetivação da gestão democrática no âmbito escolar, contribuindo para a construção de uma escola mais plural, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos educandos e com a promoção da cidadania.

## **Metodologia**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, voltada à análise da importância da participação da família no Conselho Escolar Participativo como instrumento de promoção de práticas educativas inclusivas.

Conforme aponta Mynaio (2002), a pesquisa qualitativa preocupa-se com realidades que não podem ser quantificadas, estando relacionada ao universo dos significados, valores, crenças e representações que os sujeitos atribuem às suas experiências. Trata-se, portanto, de uma investigação ancorada em revisão



bibliográfica e análise documental, que dialoga com autores clássicos e contemporâneos, como Freire (1996), Paro (2001), Vigotski (2007), Bronfenbrenner (1996) e Arroyo (2012), além de documentos legais e políticas públicas sobre gestão democrática e educação inclusiva (BRASIL, 1996; 2008). A fundamentação teórica ancora-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, reconhecendo a influência dos contextos sociais, culturais e institucionais no desenvolvimento dos sujeitos e na construção de uma escola plural, democrática e equitativa.

### **A Importância da Participação da Família**

A participação ativa dos pais ou responsáveis no contexto escolar configura-se como um elemento fundamental para o fortalecimento do processo educativo, uma vez que esses atores sociais desempenham um papel imprescindível na promoção do desenvolvimento integral dos educandos. Tal participação manifesta-se, sobretudo, por meio da presença efetiva nas reuniões escolares, nas quais os pais podem contribuir significativamente ao trazer sugestões, opiniões e preocupações relacionadas tanto ao ambiente escolar quanto ao processo de aprendizagem de seus filhos. Essa interlocução contínua entre família e escola possibilita o estabelecimento de um diálogo construtivo, que favorece a construção coletiva de soluções e estratégias pedagógicas mais adequadas e contextualizadas.

Além disso, os pais ou responsáveis podem colaborar diretamente na elaboração, acompanhamento e revisão do Projeto Político-Pedagógico da instituição, documento este que orienta as práticas pedagógicas e administrativas da escola. Sua atuação estende-se ainda à organização e realização de eventos e atividades escolares, que promovem a integração entre os diversos segmentos da comunidade educativa. Outro aspecto relevante refere-se à fiscalização das adequações de acessibilidade, assegurando que a escola esteja preparada para atender às necessidades de todos os estudantes, especialmente daqueles com deficiências ou necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, a participação familiar também se configura como um mecanismo de controle social, atuando na



avaliação das ações institucionais e na garantia da qualidade e equidade educacional.

Importa destacar que a participação familiar não se limita à presença física nas reuniões, mas abrange também a colaboração na construção do currículo escolar, bem como na proposição e implementação de adaptações curriculares que se façam necessárias para garantir a inclusão e o atendimento individualizado dos estudantes com necessidades específicas. Ao compartilhar informações detalhadas sobre as particularidades e demandas de seus filhos, os pais contribuem para que a escola compreenda de forma mais aprofundada as diversas realidades presentes no ambiente escolar, o que, por sua vez, possibilita a formulação de ações pedagógicas mais assertivas, inclusivas e eficazes.

A importância da participação ativa da família no contexto escolar pode ser ainda mais bem compreendida à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner (1996). Essa teoria concebe o desenvolvimento humano como um processo dinâmico e contínuo, resultado da interação recíproca entre o indivíduo e os múltiplos contextos ambientais nos quais está inserido. Tais contextos são organizados em níveis interdependentes e hierarquizados — microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema, que influenciam e são influenciados pelo desenvolvimento do sujeito. Nesse sentido, a família e a escola configuram-se como microssistemas fundamentais, cujas interações no mesossistema são essenciais para a promoção do desenvolvimento saudável e integral do educando. Portanto, a articulação e o diálogo efetivo entre esses ambientes são indispensáveis para a construção de um projeto educativo que respeite as especificidades individuais e promova a equidade e a inclusão social.

Dessa forma, a participação ativa dos pais ou responsáveis no ambiente escolar transcende a mera formalidade, configurando-se como um componente estratégico e imprescindível para a consolidação de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes, em consonância com os princípios e diretrizes da educação contemporânea.

Portanto, de acordo com Bronfenbrenner:



Para compreender o comportamento humano, é necessário considerar não apenas o que está acontecendo no ambiente imediato da pessoa, mas também o que ocorre nos ambientes que influenciam esse ambiente imediato, assim como as inter-relações entre todos esses ambientes. Ou seja, o desenvolvimento humano é moldado por uma série de sistemas interligados e interdependentes que se estendem muito além da experiência imediata do indivíduo” (Bronfenbrenner, 1996, p. 33).

Deste modo, a família e a escola compõem os microsistemas mais próximos e influentes, e o vínculo entre eles configura o mesossistema. Assim, o Conselho Escolar Participativo pode se constituir em um espaço facilitador de relações entre esses contextos, favorecendo processos de inclusão e desenvolvimento.

Nesse sentido, como destacam Colodel Benetti et al. (2013, p. 93),

as pessoas com quem as crianças pequenas interagem numa base regular em períodos longos de tempo são os pais, mas, especialmente no caso de crianças pequenas, outras pessoas mais velhas, como professores, parentes, irmãos e pares, os quais desempenham importante função nos processos que envolvem a interação direta – face a face – processos proximais.

Além disso, a família pode sugerir e apoiar a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, como adaptações curriculares, recursos acessíveis e atividades que promovam o respeito às diferenças e a diversidade humana.

Complementando essa abordagem, Lev Vigotski, ao desenvolver sua Teoria Histórico-Cultural do Desenvolvimento Humano, também destaca o papel central das interações sociais, especialmente aquelas mediadas por adultos significativos, como os pais e professores, na formação de funções psicológicas superiores. Para o autor, o desenvolvimento é essencialmente um processo social, mediado por instrumentos e signos, sobretudo a linguagem, que só acontece plenamente na coletividade. Como afirma Vigotski:

Todo o aprendizado da criança na escola tem uma história prévia. A criança entra na escola com uma certa bagagem de experiências sociais e culturais, adquiridas no convívio familiar e comunitário. [...] O que a criança é capaz de fazer hoje com a ajuda de um adulto, será capaz de fazer sozinha amanhã. Isso evidencia que a aprendizagem desperta vários processos



internos de desenvolvimento que, uma vez ativados, tornam-se parte do desenvolvimento real. (Vygotski, 2007, p. 117).

Assim, tanto Bronfenbrenner quanto Vygotski convergem ao enfatizar que o desenvolvimento humano é profundamente influenciado pelos contextos sociais e pelas interações significativas, sendo a família um agente fundamental nesse processo, especialmente quando articulada com o ambiente escolar. Essa interação dinâmica entre os diferentes contextos contribui para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento integral do indivíduo, conforme ressalta a perspectiva histórico-cultural de Vygotski.

Além disso, destaca-se a importância da colaboração da família na sensibilização de toda a comunidade escolar, com o objetivo de promover o entendimento e o respeito às diferenças, bem como incentivar uma cultura pautada no cooperativismo e na solidariedade. Essa atuação conjunta favorece a construção de um ambiente educacional inclusivo, no qual a diversidade é valorizada e as relações interpessoais são fortalecidas.

Por fim, ao participar do Conselho Escolar, a família contribui para a fiscalização e o acompanhamento das ações da escola, assegurando que as políticas públicas referentes à inclusão sejam efetivamente implementadas, de modo que todos os estudantes tenham condições equitativas de aprender e participar do processo educativo. Essa corresponsabilidade social reforça o compromisso coletivo com a qualidade e a justiça educacional.

### **Considerações Finais**

A presente análise evidencia, de forma contundente, que a parceria estabelecida entre família e escola, viabilizada por meio do Conselho Escolar Participativo, constitui-se como um elemento basilar e imprescindível para a construção e consolidação de uma gestão escolar democrática, inclusiva e efetiva no contexto educacional contemporâneo. Ao proporcionar um espaço institucionalizado e legitimado de diálogo, colaboração e deliberação, o Conselho Escolar atua como um mecanismo estratégico que fortalece a corresponsabilização dos diversos



segmentos que compõem a comunidade escolar, promovendo, assim, a integração articulada e harmoniosa entre escola, família e sociedade em geral.

A participação ativa e comprometida das famílias no âmbito do Conselho Escolar transcende a mera formalidade e representa uma contribuição significativa não apenas para a melhoria qualitativa do processo de ensino e aprendizagem, mas também para a potencialização da implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Tais práticas são concebidas e desenvolvidas de modo a atender às especificidades, singularidades e necessidades educacionais diferenciadas de todos os estudantes, assegurando o direito à educação de qualidade e à equidade no acesso e permanência escolar. Ademais, essa participação ativa fortalece os vínculos sociais existentes, promove o respeito e a valorização da diversidade humana em suas múltiplas dimensões e fomenta uma cultura escolar acolhedora, transparente e comprometida com o desenvolvimento integral dos educandos, abrangendo suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o fortalecimento do Conselho Escolar Participativo, aliado à ampliação e qualificação da participação familiar, configura-se como uma estratégia indispensável e imprescindível para a efetivação dos princípios norteadores da educação inclusiva, da gestão democrática e da promoção da equidade no sistema educacional brasileiro. Investir na formação continuada e na mobilização consciente e crítica dos atores envolvidos, bem como garantir a existência de espaços permanentes e sistemáticos de diálogo e construção coletiva, são passos fundamentais para a edificação de escolas que, de fato, respeitem, valorizem e promovam a diversidade humana em todas as suas manifestações e dimensões.

Assim, a consolidação dessa parceria institucionalizada, por meio do Conselho Escolar Participativo, não apenas contribui para a democratização da gestão escolar, mas também fortalece o compromisso social da escola com a construção de uma educação plural, inclusiva e de excelência, capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e aptos a atuar em uma sociedade cada vez mais complexa e diversa.



## Referências

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar e a gestão democrática da escola**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler Monteiro de. **Inclusão: a escola e o aluno com necessidades especiais**. São Paulo: Loyola, 2000.

COLLODEL BENETTI, I.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A.; SCHNEIDER, D. R. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**, v. 9, n. 16, p. 89–99, 2013.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, 2007, v. 17, n. 36, p. 21-32.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE TAUBATÉ. **Regimento Escolar Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Taubaté.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Revista Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)**, v. 21, n. 2, p. 5–16, maio/ago. 2004.